

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LETÍCIA RODRIGUES MORAIS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS ORGANIZAÇÕES E SEUS
BENEFÍCIOS**

RIO VERDE, GO

2017

LETÍCIA RODRIGUES MORAIS

GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS ORGANIZAÇÕES E SEUS BENEFÍCIOS

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Esp. Leonardo Antônio Rodrigues

RIO VERDE, GO

2017

Ficha Catalográfica

MORAIS, Letícia Rodrigues.

Governança corporativa nas organizações e seus benefícios / Letícia Rodrigues
Morais. - Rio Verde. - 2017.

41f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à
Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis,
2017.

Orientador: Prof.º Esp. Leonardo Antônio Rodrigues

1. Controle Social. 2. Transparência. 3. Sítios eletrônicos.

Bibliotecário(a) responsável:

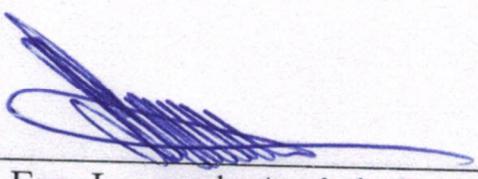
LETÍCIA RODRIGUES MORAIS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS ORGANIZAÇÕES
BENEFÍCIAS**

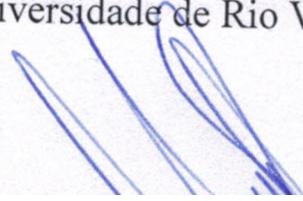
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, Goiás, 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Leonardo Antônio Rodrigues
Universidade de Rio Verde (UniRV)



A Deus por oferecer-me as condições de realizá-lo.

Dedico este trabalho aos meus pais por sempre fazerem parte de minha vida e estarem juntos a mim nesta jornada.

Aos professores pela atenção dedicada a mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por oferecer-me condições de estar realizando este trabalho.

Aos meus pais pelo companheirismo.

Aos meus amigos pelos momentos de compartilhamento e troca de ideias.

Ao meu orientador pelo incentivo e orientação.

A uma forte paixão, por qualquer motivo que seja, garantirá o sucesso, pois o desejo pelo fim apontará os meios.

WILLIAM HAZLI

RESUMO

A presente monografia possui como objetivo verificar através de pesquisa bibliográfica como a governança corporativa devolve a confiança dos investimentos na saúde financeira das organizações. As organizações procuram dinamizar suas atividades de modo que os investidores possam obter a confiança e a segurança no exercício das atividades propostas. Mediante um cenário de transformações, é preciso que os acionistas apontem a transparência quanto as atividades que são desenvolvidas e, sobretudo, que a confiança dos investidores seja um dos principais fatores e elementos. As práticas realizadas em relação ao negócio atende com precisão a incorporação e o exercício de atividades que vem a somar nos resultados das atividades financeiras de modo claro e determinante quanto ao que espera como retorno a lucratividade da mesma. A gestão organizacional, referencia todo desempenho e formas de tornar a mesma transparente e com eficácia para o que sistematiza os valores em relação a imagem da organização. A metodologia desenvolvida é bibliográfica. A gestão corporativa quanto aos investimentos agrega da participação dos acionistas ao que atribui os valores. O aprimoramento da relação com os investidores faz com que a gestão corporativa seja questionada no ambiente das organizações. Portanto, a gestão corporativa atua com princípios de confiança e segurança nos investimentos por parte dos acionistas.

Palavras-chave: Governança corporativa. Investimentos. Benefícios.

ABSTRACT

This study aims to verify how corporate governance assists in the investments of organizations. Organizations seek to streamline their activities so that investors can gain confidence and security in the pursuit of the proposed activities. In a scenario of transformations, it is necessary for shareholders to point out the transparency regarding the activities that are developed and, most importantly, that the investors' confidence is one of the main factors and elements of contemplation of what it involves. The practices performed regarding the business accurately attend to the incorporation and the exercise of activities that add to the results of financial activities in a clear and determinant manner as to what is expected as a return to its profitability. Management in the organizational environment refers to all performance and ways to make it transparent and effective for what systematizes the values concerning the image of the organization. The methodology developed is bibliographical. As for investments, the corporate management aggregates from the shareholder participation to what attributes the values and the reward of a citizen regarding what is experienced by them. Improving the relationship with investors causes corporate management to be questioned in the organizations' environment. Therefore, corporate management operates with principles of confidence and security in the investments by the shareholders.

Keywords: Corporate management. Investments. Benefits.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CBVM – Comissão Brasileira Valores Mobiliários

CEO – *Chief Executive Officer* (Diretor Executivo)

CFO – *Chief Financial Officer* (Diretor financeiro)

CII – *Council of Institutional Investors* (Conselho de Investidores Institucionais)

CVM – Comissão Valores Mobiliários

DFP's – Demonstrações Financeiras Padronizadas

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

ITR's – Informações Trimestrais

S.A. – Sociedade por Ações

SEC – *Security Exchange Commission* (Comissão de Valores Mobiliários)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA	15
1.4.1 Método de abordagem	16
1.4.2 Método de procedimento.....	16
1.5 QUANTO AOS OBJETIVOS.....	16
1.5.1 Técnica de coleta de dados	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA	18
2.1.1 Modelos clássicos de governança corporativa	19
2.1.2 Governança corporativa no Brasil.....	20
2.1.3 Governança corporativa nos Estados Unidos.....	21
2.1.4 Governança corporativa na Inglaterra	22
2.1.5 Governança corporativa na França.....	23
2.1.6 Governança corporativa na Alemanha	23
3 IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	24
4 A LEI SARBANES-OXLEY	25
5 BENEFÍCIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	27
5.1 A GESTÃO CORPORATIVA E A CONTABILIDADE.....	28
5.1.1 Nível 1	28
5.1.2 Nível 2	29
5.1.3 Novo mercado	29
5.1.4 Bovespa Mais	30
5.1.5 Bovespa Mais Nível 2	30
5.2 OS INVESTIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES POR PARTE DOS ACIONISTAS ..	30
5.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS ORGANIZAÇÕES	33

5.2 OS VALORES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A governança corporativa nas organizações é estabelecida por meio de princípios e atividades que apontam para a confiança e segurança dos investidores em relação aos investimentos, os quais são essenciais para os acionistas quanto ao que vivencia e acrescenta as mudanças, interações e conquista de cada um no meio para a sua participação e convivência quanto a sua abordagem (CARNEIRO, 2000).

A presente pesquisa possui o objetivo de verificar como a gestão corporativa aplicada nas organizações oferece benefício para os acionistas, sendo que os investimentos são inseridos de modo a alcançar e direcionar a segurança e praticidade para os capitais próprios e de terceiros (LANZANA, 2004).

O negócio é mantido pela segurança dos acionistas e de modo que a captação dos recursos nas instituições financeiras tenha o seu destino alocado com veemência em relação aos recursos, e, sobretudo, que a organização consiga sempre direcionar os acionistas para a articulação das atividades tanto internas como externas (FRANCO, 1999).

A decisão é fator de relevância acrescida para a prática eficaz de uma gestão corporativa em que se tem a satisfação de uma relação dinâmica para o que facilita e compreende os interesses da empresa quanto aos investimentos e a rentabilidade do negócio no mercado financeiro (SILVEIRA, 2002).

A governança corporativa é uma prática do sistema que trata dos mecanismos da administração estratégica e operacional da organização, a qual possui como princípio, melhorias da imagem, rentabilidade das atividades que fazem parte da atividade em que atua (LANZANA, 2004).

A governança corporativa para as atividades do negócio baseia-se nos princípios da confiança, transparência e outros meios para que se tenham as informações básicas para o exercício do negócio (LODI, 2000).

A governança corporativa baseia-se nos princípios que são direcionados para a transparência, equidade, cumprimento da legislação, prestação de contas, condução dos negócios e a base das atividades que são envolvidas sejam estas governamentais ou não governamentais (SILVEIRA, 2002).

O interesse dos acionistas é bastante questionado neste meio para a administração de modo que haja o interesse das bases de formação do que mantém a seguridade e o exímio

fazer para o senso da criação e eficiência do que é assegurado aos acionistas (SILVEIRA, 2004).

A primeira parte aborda a apresentação das atividades que envolvem a relação da gestão corporativa na organização envolvendo a introdução, objetivos, justificativa, metodologia, abordagem, método de abordagem, os quais apontam para a gestão corporativa como os fatores que vem a somar e atribuir os significados da gestão corporativa que são enfocadas nas organizações.

A segunda parte refere-se as definições da gestão corporativa, como é realizada no Brasil, nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, as quais fundamentam nas atividades que pressupõe o desenvolvimento do homem na sociedade.

A terceira parte aborda o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o qual refere-se todas as relações com a governança corporativa aplicada no Brasil.

A quarta parte refere-se aos benefícios que são interligados a gestão corporativa, a sua atuação na contabilidade e os investimentos que são relacionados e atribuídos por parte dos acionistas.

A metodologia desenvolvida refere-se a pesquisa bibliográfica por meio das principais ideias dos autores que abordam o tema proposto (LAKATOS, 2010).

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo Gil (2011) o problema da pesquisa refere-se a um questionamento que um determinado assunto é apresentado e, conseqüentemente, procura responde-lo por meio de uma pesquisa e outros elementos que a ele é associado.

A governança corporativa é uma prática do sistema que trata dos mecanismos da administração estratégica e operacional da organização, a qual possui como princípio melhorias da imagem, rentabilidade das atividades que fazem parte da atividade em que atua (SILVEIRA, 2004). Neste contexto, o seguinte problema é apontado: Quais são os benefícios que a organização obtém ao adotar o sistema de gestão corporativa?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Demonstrar bibliograficamente quais são os benefícios que a organização obtém ao adotar o sistema de gestão corporativa.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Referenciar uma abordagem sobre governança corporativa;
- b) Identificar o histórico da governança corporativa;
- c) Mensurar os procedimentos da governança corporativa nas organizações;
- d) Demonstrar os valores da governança corporativa.

1.3 JUSTIFICATIVA

A gestão corporativa nos últimos anos tem crescido na sociedade pois, procura contribuir para a transparência e a confiança dos investidores. A clareza em relação as atividades financeiras, agrega os valores para a organização e, em geral, agrega os valores para os investimentos no mercado (SILVEIRA, 2002).

Na área da Contabilidade, a gestão corporativa não é evidenciada em grande maioria. No entanto, para os investidores, esta vem ganhando adeptos porque procura disseminar a transparência (BARBOSA, 2008).

As mudanças que ocorrem no mercado financeira e, especialmente, em algumas organizações, a governança corporativa tem crescente valor em relação ao Mercado de Capital. Neste contexto, as organizações vêm aderindo a nova aplicabilidade no mercado financeiro (BM&FBOVESPA e CVM) com o uso de ações que demonstrem maior segurança em relação ao investimento realizado (IBGC, 2015).

O valor do capital que é aplicado e procura atribuir a confiança e a praticidade financeira faz com que os olhares quanto a criação de componentes internos e externos de modo a maximizar a probabilidade de recursos (RICHARDSON, 2005).

A economia é um dos principais enfoques para o desenvolvimento do país, pois a rentabilidade é a demonstração das atividades quanto ao exercício e a corporatividade do que envolve a praticidade das ações em relação ao financeiro (BARROS, 2009).

A gestão corporativa em geral, refere-se a uma junção do que aborda e torna possível acrescentar e apontar o que de fato é significativo e para que os acionistas direcionam um investimento com confiança e prática no que tange e facilita as diversas práticas de abordagem de investimento de capital para a inserção no mercado de ações (PEIXE, 2003).

Dessa forma, a gestão corporativa vem somar e permitir que haja a devida participação, motivação em relação a aplicabilidade dos recursos no mercado de capital para fonte de captação de recursos.

Sendo assim, a relevância da presente pesquisa se dá pelo fato de que, em um cenário macro, os investimentos vêm a cada dia sendo um atrativo para pessoas e entidades, tendo a governança corporativa, papel fundamental em evidenciar como as práticas de gestão estão sendo elaboradas e executadas, melhorando ainda mais a transparência entre investidas, sendo elas todo e qualquer tipo de empresa e seus investidores.

Para o meio acadêmico, esta pesquisa contribuirá como fonte de pesquisa acerca do assunto. Para a sociedade em si, ela exercerá um papel informativo no que tange ao tema e sua aplicabilidade.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologia conforme destaca Gil (2010) consiste no caminho a ser questionado e vivenciado por parte do pesquisador.

O processo que envolve a pesquisa relaciona cada componente que faz parte das atividades da organização (LAKATOS, 2010).

Conforme destaca Cervo e Bervian (2002) a pesquisa é a base da investigação das atividades propostas.

Segundo Cervo e Bervian (2002) a metodologia é definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e as limitações para a pesquisa científica.

Para Cervo e Bervian (2006) o método é caracterizado de modo amplo, porque faz parte dos fenômenos que o cerca e interage com a sociedade.

1.4.1 Método de abordagem

Conforme destaca Gil (2010) o método pode ser indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. O método utilizado aborda as principais ideias dos autores que enfocam o tema Gestão Corporativa nas organizações.

O método é dutivo o qual procura validar as experiências e outros elementos que são assegurados e torna evidente para o exercício das atividades propostas, com o objetivo de evidenciar a verdade.

1.4.2 Método de procedimento

O procedimento refere-se ao tipo de pesquisa a ser desenvolvido. Para Lakatos e Marconi (2001) a pesquisa é classificada em: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Pesquisa de Campo, Estudo de Caso, Experimental, Pesquisa de Ação e Pesquisa participante.

O método utilizado foi de exploração bibliográfica, conforme o que é exposto pelos principais autores, pois utilizou-se como fonte de pesquisa, livros, artigos, leis, dentre outros.

1.5 QUANTO AOS OBJETIVOS

O objetivo refere-se ao que pretende alcançar. De acordo com Gil (2002), a pesquisa é classificada em exploratória, explicativa e descritiva.

Conforme relata o mesmo autor, as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando mais explícito. A presente pesquisa foi classificada como exploratória.

1.5.1 Técnica de coleta de dados

De acordo com Lakatos e Marconi (2001), classificam-se as técnicas de coleta de dados: indireta que é de acordo com à pesquisa documental e bibliográfica e a direta: que é feita através de observação.

A presente pesquisa quanto a Técnica de Coleta de Dados é classificada como documentação indireta, pois utilizou-se livros, revistas, artigos, leis, dentre outros, os quais

demonstram o papel da gestão corporativa nas organizações. A técnica associada refere-se à observação, a qual enfoca as principais ideias dos autores que aborda o tema proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo Silveira (2002), governança corporativa é o conjunto dos mecanismos usados que visam a contribuir para as decisões corporativas de modo a maximizar a perspectiva dos valores a longo prazo para o negócio.

De acordo com Vidigal (2000) a governança vem de uma origem latina “*governance*” que significa governar, é uma forma/sistema usados pelos acionistas para as iniciativas da empresa.

Para Barbosa (2008) a governança corporativa é definida como um sistema de poderes estruturados que regem os mecanismos para que as organizações sejam dirigidas e controladas.

Conforme destaca o Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa, esta é uma entidade que não possui fins lucrativos com o objetivo de aumentar o valor da organização (BARROS, 2009).

Para Silva, E. (2006), a governança corporativa tem como objetivo maior criar condições para uma organização mais racional, ética e pluralista da economia.

Conforme Bianchi (2005), a governança corporativa é um conjunto de mecanismos que servem para monitorar a gestão e o desempenho das organizações, através de um esforço contínuo em alinhar os objetivos da alta administração aos interesses dos acionistas ou proprietários.

A Comissão de Valores Mobiliários (2008) afirma que a governança corporativa é o conjunto das práticas que possui a finalidade de otimizar o desempenho da organização, protegendo as bases interessadas, especialmente os investidores, empregados e credores, para a primazia do capital. A transparência é um dos fatores das normas do sistema de estruturação da sociedade.

De acordo com Silva, E. (2006) a governança corporativa é o conjunto das práticas que torna eficaz o desempenho da organização protegendo seus investidores, empregados, credores quanto a atividade financeira.

Segundo Andrade e Rossetti (2006), a governança corporativa encontra-se inserida em seis perspectivas diferenciadas que auxiliam a organização em suas atividades:

- 1) Quanto ao direito: refere-se a um sistema de gestão que visa a preservação e a maximização dos direitos dos acionistas, assegurando a proteção dos minoritários;
- 2) Quanto as relações: refere-se aos procedimentos de relacionamentos entre os acionistas, conselhos e diretoria executiva com o objetivo de maximizar o desempenho da organização;
- 3) Quanto ao governo: refere-se ao sistema de governança, gestão e controle da disciplina em relação as partes interessadas dentro da organização;
- 4) Quanto ao poder: refere-se a uma sistematização da estrutura do poder que envolve a gestão estratégica, operações, geração de valor e busca dos resultados;
- 5) Quanto aos valores: refere-se ao sistema de valores que rege as corporações tanto interna como externa;
- 6) Quanto as normas: refere-se ao conjunto de regras, derivadas de estatutos legais e regulamentados para a gestão e proteção dos direitos entre as partes interessadas e com os resultados de acordo com o que se objetiva (ANDRADE; ROSSETTI, 2006).

Conforme menciona La Porta, Silane e Shleifer (1998) os benefícios da gestão corporativa são a imagem da organização no ambiente financeiro e a rentabilidade para os acionistas.

2.1.1 Modelos clássicos de governança corporativa

A governança corporativa em geral, apresenta dois modelos: *shareholder*¹ (anglo-saxão) e *stakeholder*² (nipo-germânico). O *shareholder* consiste num modelo fundamentado nos interesses dos acionistas. Já para os *stakeholders*, os membros do grupo possui interesse ao direito potencial do fluxo de caixa, bem como os empregados, fornecedores, credores, cidadãos, clientes, ou seja, os que formam a sociedade civil (SILVA, E., 2006).

Ainda de acordo com a ideia proposta pelo autor, a diferença presente é que os *shareholders* são voltados sistematicamente para os acionistas. Já os *stakeholders* possuem interesses do público interno e externo (GALVÃO, 2004).

O Quadro 1 demonstra as diferenças apresentadas pelas gestões corporativas *shareholder* e *stakeholder*.

QUADRO 1 - Diferenças apresentadas pelas gestões corporativas *shareholder* e *stakeholder*

<i>Shareholder</i>	Origem anglo-saxônica
	Voltado para os interesses dos acionistas e gestores em relação ao valor e retorno.
	Os indicadores de desempenho centralizam nas demonstrações patrimoniais e financeiras.
<i>Stakeholder</i>	Origem nipo-germânica
	Ampliação de interesses – geração abrangente de valor.
	Atenção voltada para os resultados patrimoniais e financeiros, para a sustentabilidade e função social.

Fonte: SILVA, E., 2006.

Conforme destaca Silva, E. (2006), a diferença entre *shareholders* é fundamentada nos princípios dos acionistas, *stakeholders* refere-se aos interesses dos acionistas para relacionar os objetivos tanto do público interno como externo. É a determinação do que se espera relacionar na organização o crescimento e a maximização do lucro.

2.1.2 Governança corporativa no Brasil

Segundo Silveira (2010) o mercado de capitais brasileiro fora limitado no século XX. As atividades econômicas voltaram-se para as organizações estatais, o que não mantinha a especulação para a política financeira.

A prática financeira não apresentava uma especulação quanto aos investimentos visando o retorno e a demonstração de resultados que mantivesse as diferentes práticas dos princípios e exercício quanto a governança que as organizações apresentavam (SILVEIRA, 2010).

Para Black, Jang e Kim (2002), a revolução dos mercados vem ocorrendo nas últimas décadas por meio de investimentos no mercado de capital para que os investimentos beneficiem nas ações criadas e apontadas pelo homem. Sendo assim, as Leis são relacionadas para favorecer o equilíbrio e dimensionar as atividades que facilita o entendimento do investidor em relação ao que será investido.

O incentivo fiscal nas aplicações de fundos e outras práticas desenvolvidas, contribuirá para que o Brasil observasse com maior veemência a caracterização dos investimentos financeiros nas organizações do Brasil (BARBOSA, 2008).

Silveira (2010) destaca que a governança corporativa começou a ser utilizada no Brasil a partir do final dos anos 90, sendo que o próprio IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa era responsável pelas atividades de gestão corporativa.

A captação dos recursos constitui numa das perspectivas para o desenvolvimento da governança corporativa no sentido de atribuir as práticas de um investimento sistematizado ao que concerne a deliberação de melhorias nos investimentos (SILVEIRA, 2004).

De maneira gradativa, a governança é acrescida no mercado, o qual investe nos recursos financeiros, sendo que as companhias passaram a adotar uma crença maior quanto aos investimentos e o que opera ao longo de uma sistemática para o controle financeiro (SILVEIRA, 2010).

A expansão do mercado de capitais tem propiciado a retomada dos investidores no mercado de ações do Brasil, possibilitando aos investidores a determinação de valores junto ao que acrescenta e possibilita as situações de regularidade, sendo que os princípios básicos concentram na BM&FBOVESPA e CVM como os que facilitam as atividades que o cerca (ANDRADE; ROSSETTI, 2004).

A confiança das empresas quanto ao desenvolvimento da governança corporativa, facilita a participação e a manutenção das informações para a alavancagem financeira ao longo do que se mantém como atividade básica do homem (AZEVEDO; MUTO, 2000).

Os fundos de investimentos tiveram uma crise entre 2004 e 2007, os quais geraram prejuízos para os investidores brasileiros, assim, a prática e a centralização de recursos vem a compor como é possível articular a confiança dos investidores ao longo do que permite fazer a diferença para a aplicação da mesma (AZEVEDO, 2006).

A falta de instabilidade na economia propicia a instabilidade nas diversas formas de apontar como a gestão e a prática das atividades compõe na centralização dos recursos (SILVA; NASCIMENTO, 2007).

2.1.3 Governança corporativa nos Estados Unidos

De acordo com Silveira (2010) os Estados Unidos é o país que possui maior mercado de capitais mais líquido, com uma tendência de maior volume negociado, maior capitalização de mercado e maior número de companhias listadas no mundo, e as maiores corporações do mundo. Em geral, dita as melhores práticas de governança corporativa. Pode-se afirmar que as melhores práticas surgiram nos Estados Unidos na década de 1980.

Damodaran (2006) destaca que as melhores práticas de governança corporativa iniciou-se nos Estados Unidos, por meio da capitalização de mercados e os investimentos de suas companhias para o enriquecimento de uma economia pautada para a estabilidade econômica.

Para Azevedo (2006) os investimentos é a fonte que estabelece como a economia e as fontes de recursos são determinantes no que caracteriza o Conselho dos Investidores Institucionais (*CII – Council of Institutional Investors*), uma associação com o objetivo de cuidar dos interesses institucionais por meio das iniciativas de investimentos com o foco no mercado financeiro, atribuindo a confiança para seus seguidores.

Os conselhos foram criados para estabelecer uma dinâmica de confiança no que significa o fazer a diferença para o que compete a cidadania (SILVEIRA, 2010).

Os Estados Unidos por meio dos conselhos, procura fazer com que as mudanças para os investimentos tornem um componente que facilite a fomentação dos recursos no mercado, com isso, possibilitando a confiança para os investimentos no mercado financeiro (AZEVEDO, 2006).

2.1.4 Governança corporativa na Inglaterra

A Inglaterra fora um dos principais que inseriram a governança corporativa, sendo que, os escândalos financeiros incentivaram a integração dos mercados de capitais com o objetivo de fortalecer as atividades das organizações por meio da confiança do mercado (GARCIA, 2007).

Segundo Silveira (2002), em 1995, foi formado um grupo de trabalho o qual foi denominado de “Comitê Greenbury”, onde foi elaborado um relatório que trouxe importantes avanços na determinação de práticas de governança corporativa em relação ao que refere a remuneração dos administradores.

Assim, a proteção criada para atrair os investidores tornou-se um dos principais fatores para o desenvolvimento da governança corporativa na Inglaterra de modo que a mesma pudesse vir a oferecer as condições essenciais de fornecimento para a agregação dos recursos financeiros (FORTUNA, 2002).

2.1.5 Governança corporativa na França

O Estado francês em geral ocupou o papel central nas atividades econômicas do país, sendo o governo o majoritário de grandes corporações francesas ao longo do século XX. Além da manutenção da propriedade estatal, o controle familiar e a alta concentração acionária também caracterizaram o ambiente corporativo francês. As privatizações aumentaram as atividades do mercado de ações e a prática de satisfação para a demanda dos investidores institucionais estrangeiros (SILVEIRA, 2010).

A governança corporativa é centrada nas empresas do Estado, as quais agora estão sendo privatizadas de modo que os investidores passam a obter a crença da competição e mudanças em que a França passou a adotar em suas atividades ao longo da demanda vivenciada (MARSAL, 2009).

2.1.6 Governança corporativa na Alemanha

Segundo Silveira (2010) o modelo de governança corporativa alemã é voltado para os países anglo-saxões que no exercício de atividades procuram manter o interesse e a gestão aberta para a participação dos acionistas.

A governança depende da forma legal das companhias com a constituição das empresas de responsabilidade limitada e as corporações das ações. A forma das companhias é o que determina a governança corporativa aplicada ao longo das atividades praticadas (GALVÃO, 2004).

Conforme destaca Silveira (2004) o modelo de governança alemão é fundamentado na premissa de que o objetivo da empresa refere-se ao atendimento do interesse de todas as partes (*stakeholders*) e da sociedade como um todo.

Os investimentos são voltados e centralizados em toda sociedade ao longo do que é vivenciado por cada membro que faça parte do grupo (SILVEIRA, 2004).

3 IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conforme destaca o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (2004), o Instituto é considerado nacionalmente e internacionalmente um dos principais responsáveis pela introdução de conceito de governança corporativa devido a disseminação das boas práticas e pelo crescente interesse das organizações brasileiras para fortalecerem na adoção das mesmas. O IBGC consiste na única organização da América Latina voltada para as melhores práticas da governança corporativa. A transparência é um dos componentes para o que promove as tomadas de decisão para o crescimento da organização.

As organizações devem agregar as boas práticas quanto a transparência e fazer com que os objetivos apontados por parte do grupo sejam questionados e valorizados quanto as medidas do que é considerado o desenvolvimento e a formalização de recursos que propicie a segurança da economia (ANDRADE, ROSSETTI, 2006).

A organização em sua estabilidade deve agregar e apontar os princípios básicos que são gerados e facilita as diversas formas de manter a transparência nos negócios da organização (LAMEIRA, 2001).

Em geral, o Instituto Brasileiro de governança corporativa permanece com medidas que são compatíveis e facilita as variáveis do que se tem como relevância e corporatividade, as variáveis para que cada componente, fornecedores, clientes sócios minoritários são beneficiados com a atividade da governança corporativa (SILVEIRA, 2010).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa procura valorizar e referenciar as evidências dos princípios como fonte de reconhecimento das atividades em exercício para o que faz a diferença quanto ao que é vivenciado pela organização (LODI, 2000).

4 A LEI SARBANES-OXLEY

A Lei Sarbanes-Oxley (SOX), sancionada em julho de 2002 representa a importância da mudança legal para as companhias norte-americanas desde a promulgação no país das leis básicas sobre os valores mobiliários em 1933 e 1934 (BORGERTH, 2007).

A Lei SOX, em relação ao que propõe é a transparência dos relatórios seria de fundamental importância para os investidores, garantindo qualidade e segurança em suas decisões sobre qual empresa investir, pois as empresas que forem obrigadas tende-se a proporcionar transparência e segurança aos investidores por meio de melhorias nas demonstrações dos relatórios financeiros (MARTINS, 2004).

As exigências para as organizações brasileiras sujeitas as leis que fundamentam nos seguintes quesitos.

- a) Necessidade de assinatura pelo Diretor Executivo e pelo diretor financeiro de todos os relatórios anexados à SEC (*Security Exchange Commission*) dos Estados Unidos;
- b) Atribuição de responsabilidade ao CEO (*Chief Executive Officer*) e CFO (*Chief Financial Officer*) pela implantação e manutenção de controles internos e informações periódicas;
- c) Estabelecimento de penalidades criminais mais severas aos executivos para violações das leis do mercado de capitais, inclusive para emissores estrangeiros;
- d) Elaboração de relatório de avaliação de controle internos relativos as demonstrações financeiras;
- e) Proibição de empréstimos para administradores: proibição para concessão, manutenção ou remoção de créditos na forma de empréstimos;
- f) Restituição dos valores recebidos por CEO's (*Chief Executive Officer*) e CFO's (*Chief Financial Officer*) em caso de retificação financeira;
- g) Maior divulgação exigido para operações fora do balanço;
- h) Divulgação da existência de Código de Ética: divulgação ou não de código de ética para colaboradores;
- i) Restrições à prestação de certos serviços por empresas de auditoria a fim de mitigar situações envolvendo conflito de interesses. Firms de auditoria passaram a não prestar oito tipos de serviços para a implantação do sistema de informação financeira e avaliação das atividades pela companhia;

j) Aumento da responsabilidade e atuação do Comitê de auditoria, fazendo parte os conselheiros independentes;

k) Divulgação da presença de especialista em finanças pelo comitê de Auditoria (MARTINS, 2004).

O controle interno da organização se torna evidente em relação ao controle interno das atividades dos gestores com o objetivo de garantir e proporcionar a relação do custo-benefício no que tende a lançar as demonstrações financeiras para as organizações no objetivo de auxiliá-las na busca dos resultados em que operam (MARTINS, 2004).

5 BENEFÍCIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo Silveira (2010) os benefícios para a governança corporativa na organização, trata dos benefícios externos, que associam-se a maior facilidade de captação de recursos e a redução do custo de capital e os benefícios internos, os quais são vinculados ao aprimoramento do processo de decisão da alta gestão.

Na atuação da governança corporativa externa parte das organizações diferenciam nas atividades que salutam para o aumento dos investidores e o custo de capital próprio, os de terceiro por meio de debêntures, empréstimos a longo prazo resultando a ponderação do capital a médio prazo. A atração é um ponto considerado relevante para a formação do capital (STEINBERG, 2003).

Quando ocorre a redução do custo de capital, o sistema de governança corporativa torna eficiente porque contribui para um conjunto dos benefícios internos que melhoram as perspectivas de fluxo de caixa das organizações (BLACK; JANG; KIM, 2002).

Conforme destaca Silveira (2010) os benefícios internos são advindos no que acrescenta as estratégias de:

- a) Separação mais clara de papéis entre acionistas, conselheiros e executivos, especialmente as empresas de controle familiar;
- b) Aprimoramento do processo decisório de alta gestão, com definição mais clara dos responsáveis para as etapas de iniciação, aprovação, implementação e avaliação;
- c) Aprimoramento dos mecanismos de avaliação de desempenho e recompensa dos executivos, incluindo a estruturação de pacotes e remuneração mais adequados;
- d) Diminuição da probabilidade de fraudes, em decorrência do melhor gerenciamento dos riscos e do aprimoramento dos controles internos;
- e) Maior institucionalização e maior transparência perante os *stakeholders* da empresa.

Os benefícios são gerados para a organização, no entanto, os custos são mostrados ao longo da implantação dos negócios (STEINBERG, 2003).

A política de transparência faz parte da sistemática do que é organizado nos relatórios financeiros, na atuação dos acionistas, a responsabilidade de efetiva governança para que as atividades do negócio obtenham os resultados de acordo com os investimentos, retorno e objetivos almejados para a economia (MARTINS, 2004).

5.1 A GESTÃO CORPORATIVA E A CONTABILIDADE

A contabilidade faz parte do sistema das informações das entidades com o objetivo de promover as informações empresariais, divulgando o desempenho e utilizando as demonstrações contábeis nos relatórios, notas explicativas, pareceres, auditores e que refere ao financeiro, social e ambiental para a permissão dos princípios que entrelaçam a governança corporativa (BLACK; JANG; KIM, 2002).

Segundo Black, Jang e Kim (2002), uma estrutura da governança corporativa não apresenta apenas as informações para os investidores, mas a assimetria das informações como nas melhorias das informações criadas pelas organizações ao longo de um atendimento para a transparência e confiabilidade do que se mantém nas bases de formação de cada um.

Para Andrade e Rossetti (2006) a governança corporativa com o uso das tendências da maximização do lucro possui na contabilidade os níveis de comparação para o que tende a favorecer a contabilidade como fonte de recurso que possa contribuir para a capitalização dos recursos. Esses níveis serão abordados a seguir:

5.1.1 Nível 1

Conforme destaca Andrade e Rossetti (2006) o nível 1 de governança corporativa refere-se as regras consideradas sem grande maioria para a prática da governança, as organizações procuram a melhoria das informações em relação ao mercado, aponta a dispersão do que envolve as ações.

Andrade e Rossetti (2006) apontam que as principais práticas realizadas no nível 1 são:

- a) Manutenção em circulação da parcela mínima que representa 25% das ações que representa o capital;
- b) Melhoria das informações prestadas durante o trimestre;
- c) Cumprimento de regras de *disclosure* em operações envolvendo os ativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores ou administradores da empresa;
- d) Realização de ofertas públicas de colocação de ações que dispersem o capital;
- e) Divulgação de acordos de acionista e programas de distribuição de ações uma S/A que garante a participação nos resultados da organização;
- f) Disponibilização do calendário anual de eventos corporativos.

O nível 1 mantém as informações para o controle da organização.

5.1.2 Nível 2

No nível 2 as organizações assumem os compromissos pelas empresas no nível 1, sendo que a prática da governança amplia e os direitos adicionais aos acionistas minoritários ocorre para validar toda a situação vivenciada (NETO, 2007).

Conforme afirma Andrade e Rossetti (2007) tem se os direitos:

- a) Elaboração de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais;
- b) Em caso de venda de controle acionário, extensão da oferta de compra para todos os acionistas detentores de ações ordinárias, pagamento das ações por controle;
- c) Concessão de direito de voto as ações preferenciais em algumas matérias de alta relevância corporativa;
- d) Obrigatoriedade de realização de uma oferta de compra de todas as ações em circulação;
- e) Adesão à Câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- f) Disponibilização de balanço seguindo as normas das demonstrações contábeis em US GAAP (dólares americanos, *United States Generally Accepted Accounting Principles*" que são os "Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América".), ou IASC GAAP (*International Accounting Standards* – Normas Internacionais de Contabilidade, GAAP – *Generally Accounting Principles* – Princípios Geralmente Aceitos de Contabilidade, em inglês e em dólares americanos ou euros).

5.1.3 Novo mercado

A prática da governança por meio da transparência faz parte da legislação em relação aos direitos que garantem o desenvolvimento e a valorização dos acionistas por meio da transparência (TAVARES FILHO, 2006).

As regras do Novo Mercado ampliam os direitos dos acionistas, por meio do aumento da transparência de informações que são atribuídas aos investidores e seus direitos (NETO, 2007).

Para Tavares Filho (2006) os requisitos que envolvem a adesão no Novo Mercado são definidos como a emissão por parte da empresa com ações ordinárias, tendo todos os acionistas direito a voto.

Quanto a venda do controle acionário, o comprador estenderá a oferta de compra a todos os demais acionistas de modo que haja o controle no grupo (NETO, 2007).

5.1.4 Bovespa Mais

Foi desenvolvido pela BM&FBOVESPA, para empresas que necessitam ingressar de forma gradual no mercado de capitais, para o crescimento de pequenas e médias empresas, que buscam investimentos de médio e longo prazo e não necessitam de liquidez imediata. No Bovespa mais as realizações de captação são menores quando comparadas ao novo mercado, mas mantem o financiamento do crescimento da empresa. As empresas listadas no Bovespa Mais, assumem compromissos de elevados padrões de governança corporativa e transparência (BM&FBOVESPA, 2016).

5.1.5 Bovespa Mais Nível 2

O segmento de listagem Bovespa mais nível 2 é similar ao Bovespa mais, mas as empresas listadas podem manter ações preferenciais e no caso de venda de controle da empresa, os detentores de ações ordinárias e preferenciais terão o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador e também as ações preferenciais dão direito de voto aos acionistas em situações críticas. (BM&FBOVESPA, 2016).

5.2 OS INVESTIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES POR PARTE DOS ACIONISTAS

Os investimentos das organizações fazem parte de toda uma contextualização e práticas de um negociador que acredita no desenvolvimento da equipe e como a mesma direciona as suas ações e participações no mercado (BLACK; JANG; KIM, 2002).

Segundo o IBGC (2015), para as organizações, a tendência das aplicações do nível 1 ou 2 no Novo Mercado em relação aos investimentos nacionais e internacionais são relacionados a capitalização do negócio que é ponto de referência.

Os níveis diferenciados da gestão corporativa em relação a BM&FBOVESPA são determinados de acordo com o que as organizações investem em suas atividades.

TABELA 1 - Comparativo dos segmentos de listagem

	BOVESPA MAIS	BOVESPA MAIS NÍVEL 2	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
Características das Ações Emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)	25% de free float até o 7º ano de listagem	25% de free float até o 7º ano de listagem	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	Não há regra
Distribuições públicas de ações	Não há regra	Não há regra	Esforços de dispersão acionária	Esforços de dispersão acionária	Esforços de dispersão acionária	Não há regra
Vedação a disposições estatutárias	Quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Não há regra	Não há regra
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação)
Vedação à acumulação de cargos	Não há regra	Não há regra	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Não há regra
Obrigação do Conselho de Administração	Não há regra	Não há regra	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	Não há regra	Não há regra
Demonstrações Financeiras	Conforme legislação	Conforme legislação	Traduzidas para o inglês	Traduzidas para o inglês	Conforme legislação	Conforme legislação
Reunião pública anual	Facultativa	Facultativa	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Facultativa
Calendário de eventos corporativos	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo
Divulgação adicional de informações	Política de negociação de valores mobiliários	Política de negociação de valores mobiliários	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Não há regra
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)	80% para ações ON (conforme legislação)
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migração para Novo Mercado	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migração para Novo Mercado ou Nível 2	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Conforme legislação	Conforme legislação
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo	Facultativo

Fonte: BMF&BOVESPA, 2016.

Na concorrência das atividades, o mercado de investimentos torna-se cada vez mais presente para aqueles que procuram o rendimento de suas atividades e ações. Assim, as bolsas de valores e outros componentes vem a proporcionar e dirimir os devidos recursos em relação aos investimentos, seja este no nível 1 ou nível 2 (MARTINS; LOPES, 2008).

A gestão corporativa na BM&FBOVESPA, faz parte das obrigações de uma prática contábil que valoriza a transparência, a qual para as organizações é um benefício da amplitude dos investimentos direcionados (MARTINS, 2004).

A transparência faz parte da boa prática corporativa com o objetivo de determinar os valores da formação e da consistência de cada um ao longo das informações que são demonstradas para os investidores (MARTINS; LOPES, 2008).

5.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS ORGANIZAÇÕES

O mercado de capitais na ação da economia é cada vez mais disseminado junto ao que aborda e torna evidente para os valores e as pretensões do que se tem como forma um mercado de transformações quanto ao que é atribuído aos acionistas e os investimentos de mercado (ÁLVARES; GIACOMETTI; GUSSO, 2008).

A proteção dos acionistas encontra associada ao desempenho e articulação do que constitui e mantém a referência quanto a cidadania e demais atividades interligadas ao desenvolvimento e a praticidade do homem na sociedade com objetivos e propósitos que atendam às exigências do mercado de capital (IBGC, 2017).

O exercício da boa prática na organização facilita e atende ao processo de incorporação do que edifica e faz com que a transparência e outros componentes vem a somar e atribuir a diversidade dos valores que o acompanha ao longo do exercício da efetividade e apontamentos do que faz parte do crescimento da organização no mercado, essencialmente o de capitais por meio dos investimentos a ele direcionado (SILVA, A., 2004).

A BM&FBOVESPA no Brasil representa a governança corporativa onde todos acreditam e mencionam a construção de vários recursos que possa oferecer e atender o que facilita as atividades de mudanças e determinação para o que facilita o desempenho do homem na sociedade.

Para a entidade, a representatividade da organização no mercado que se encontra é um fator primordial para o que assegura e torna evidente as melhorias dos investimentos. No

Brasil, as organizações vêm adotando a autonomia para inserir-se no mercado (SILVEIRA, 2002).

Os sócios majoritários nas organizações brasileiras é o que caracteriza a gestão corporativa. Conforme destaca Mckinsey & Company (2001), as organizações brasileiras com liderança e capacidade financeira de operar no mercado são as que adotam a governança corporativa, caracterizando num modelo que atribui o senso de propriedade. Os acionistas em geral detêm 85% do total de ações ordinárias.

As organizações Mckinsey & Company (2001) apontam que a prática da governança corporativa torna situações dentro da empresa favoráveis e faz com que os investimentos sejam devidamente incorporados:

- a) maior eficiência na tomada de decisões em um contexto competitivo mais complexo;
- b) melhor relacionamento com o mercado de capitais e órgãos reguladores;
- c) maior consideração dos interesses dos acionistas minoritários.

O desempenho em relação as atividades de ação é o que facilita e torna possível facilitar e fazer com que as organizações tenham confiança em aprimorar os investimentos no mercado financeiro (SILVEIRA, 2002).

Segundo Silveira (2002) as organizações brasileiras ao desenvolver e aprimorar a prática da gestão corporativa atribui na confiança e participação de cada um quanto ao mercado, a transparência torna a base da fundamentação e dos princípios que envolve cada um no meio que opera.

Por meio das informações a governança corporativa nas organizações não apresenta resultados de acordo com o esperado devido à falta de confiança quanto ao que emana diretrizes e práticas de confiança para os investimentos (GALVÃO, 2004).

5.2 OS VALORES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os valores que são apontados e articulados para a gestão corporativa residem em princípios de apontamentos e construções das relações dos investidores e acionistas com o objetivo e apontamentos do que zela e associa para a diversidade e veracidade dos elementos que fomentam e mantêm a participação bem como a fundamentação da cultura atribuída na organização para direcionar e atender as perspectivas e relevância do homem no seu meio (BARROS, 2009).

Os valores em relação a organização são direcionados e pautados bem como efetivados quanto a construção de uma dinâmica da transparência, equidade, prestação de contas, conformidade, responsabilidade corporativa (OLIVEIRA, 2006).

A integração da organização com suas atividades e responsabilidade é voltada para o que se tem como determinação um novo olhar da prática e das mudanças que evidenciam a participação e conquista de um cidadão junto ao que possibilita e acompanha as atividades no mercado de capitais (OLIVEIRA, 2006).

Os valores em relação ao que agrega facilita e atenta para uma prática de valores quanto ao que relaciona os benefícios que a organização obterá com a prática da governança corporativa (SILVA, E., 2006).

As condições que são abordadas e acrescentadas na economia facilitam bem como atende as variáveis para o que acompanha os princípios de aplicabilidade da organização nas empresas (BARROS, 2009).

Para Andrade e Rossetti (2006) comentam que a teoria econômica básica enfatiza três fatores que alavancam o crescimento econômico das nações, sendo: instituições estimulantes e confiáveis, bons fundamentos macroeconômicos e disponibilidade de recursos competitivos.

Para o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2015), os princípios básicos referem-se a:

a) **Transparência:** A administração é centrada em como informar e compor a comunicação da organização interna e externa de modo eficaz, de confiança e segurança. As relações internas e externas devem facilitar e atender a cada desempenho e permanência do que se tem as abordagens de desempenho da organização (BORGERTH, 2007).

b) **Equidade:** o tratamento igualitário entre todos do grupo, minoritários, clientes e fornecedores (OLIVEIRA, 2006).

c) **Prestação de contas:** os agentes prestam contas para a atuação do que elege e responde para o que é praticado no exercício de todos os mandatos (MARSAL, 2009).

d) **Responsabilidade corporativa:** os conselheiros executivos zelam pela integridade da organização mantendo a visão de longo prazo e a incorporação para as atividades do serviço social e ambiental em relação a atuação dos negócios (NETO, 2003).

Portanto, a governança corporativa sistematiza em princípios que validam e facilitam a participação da organização com segurança e confiança no mercado que opera (GALVÃO, 2004).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Governança Corporativa nasceu no início da década de 50 e, somente na década de 90, nasceu o termo Governança Corporativa, nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, após fraudes no sistema financeiro de grandes empresas como, a Eron e a WorldCom, que tinham seu capital dividido entre milhares de acionistas no mundo todo. Esses fatos afastaram os investidores que, por sua vez, não confiavam mais na saúde financeira das empresas e em suas demonstrações contábeis e financeiras (BARROS, 2009).

A Lei Sarbanes-Oxley, foi criada e aprovada pelo governo norte-americano, impondo padrões mais elevados de Governança Corporativa e punições para o seu descumprimento, para assim trazer a confiança dos investidores, clientes, fornecedores e comunidade, novamente (BORGERTH, 2007).

No Brasil, existe um corpo dedicado a explorar o método da Governança Corporativa, o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, criado na década de 80. O IBGC, lançou o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, que ressalta o relacionamento entre majoritário e minoritários (AZEVEDO, 2006).

A governança corporativa oferece as condições básicas para que as organizações mantenham as práticas de controle para os investimentos da organização ao longo do que permite a superação das atividades financeiras (SILVEIRA, 2004).

A Governança Corporativa é um sistema que presa à transparência e a veracidade das informações, com isso melhora a imagem institucional no mercado, aumenta a confiança dos investidores e públicos em geral, assim gera também, aumento no valor da marca das empresas que seguem esse sistema. Para que o sistema tenha real efetivação nas empresas, é necessário que o Conselho de Administração, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal, trabalhem em harmonia (SILVEIRA, 2010).

Portanto, a Governança Corporativa, traz os benefícios da transparência para demonstrar a real situação financeira, agregação de valores na marca das empresas, equidade e melhor gestão, responsabilidade corporativa e social e devolve a confiança dos investidores, beneficiando não somente a empresa que à adota mais também todos os agentes envolvidos, sejam internos ou externos.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Informação e documentação – Referência - Elaboração: NBR 6023*. São Paulo: ABNT, 2002. 24p. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. *Governança corporativa: um modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ANDRADE, A; ROSSETTI, J P. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AZEVEDO, S. Governança corporativa avança a passos largos no Brasil. *Relações com Investidores*, Rio de Janeiro, n. 52, p.13-14, junho, 2006.

AZEVEDO, S., MUTO, C. L. *Administrar para todos os acionistas é o grande desafio*. Clipping do IBGC. São Paulo: Gente, 2000.

BARBOSA, V. S. *Níveis de governança corporativa: rentabilidade e valorização*. 2008. Trabalho de Conclusão Curso (Graduação) – Curso de Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17310>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BARROS, C. M. *Governança corporativa: INPG - Instituto Nacional de Pós-graduação*, São Paulo, 2009.

BARROS, J. S.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.; MACHADO, M. V. V. A auditoria interna das empresas listadas no novo mercado e nos níveis 1 e 2 de governança corporativa da BOVESPA. *XXX II Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro: ENANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A842.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BERTON, L. H. *Indicadores de desempenho e as práticas de boa governança corporativa*. 2003. 195 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) -Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção – UFSC. Florianópolis. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30366571.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BIANCHI, M. *A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente*. 2005. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BLACK, B. S.; JANG, H.; KIM, W. *Does Corporate Governance Affect Firm Value? Evidence from Korea*. Working Paper, Stanford Law School, 2002. (Tradução). Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.haas.berkeley.edu/groups/finance/black.pdf&prev=search>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. *Segmentos de listagem*. 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. *Câmara de Arbitragem do Mercado*. São Paulo: BOVESPA. 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/camara-de-arbitragem-do-mercado-cam/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. *Níveis diferenciados de governança corporativa*. Versão posterior à Lei 10.303 Nova Lei das S.A.s e ICVM 358. São Paulo: BOVESPA, [s.d] 36p.

_____. *Novo Mercado*. Versão posterior à Lei 10.303 Nova Lei das S.A.'s e ICVM 358. São Paulo: BOVESPA, [s.d] 37p.

BORGERTH, V. M. C. *SOX: Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente*. São Paulo: Thomson Learning. 2007. 96p.

CARNEIRO, F. G. Governança Corporativa: o início e tendências atuais. *Revista ABAMEC*, Rio de Janeiro: ABAMEC, ano 28, n. 4, junho 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

_____. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. *Cartilha de Governança Corporativa*. Rio de Janeiro: CMV. 2006. Online. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/decisooes/2002/20020529_R1/20020529_D07.html>. Acesso em 18 mar. 2017.

DAMODARAN, A. *Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo*. Trad. Bazan Tecnologia e Lingüística. Rio de Janeiro. Qualitymark. 2004.

_____. *Finanças corporativas aplicadas – manual do usuário*. Trad. Jorge Ritter. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FORTUNA, E. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FRANCO, H. *A contabilidade na era da globalização*. São Paulo: Atlas, 1999.

GALVÃO, F. C. *Política de desenvolvimento regional e inovação: lições de experiência europeia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GARCIA, F. A. *Governança corporativa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 2004. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/publicacoes/codigo-das-melhores-praticas>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. *Governança Corporativa*. 2017. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. *O IBGC*. 2017. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/ibgc/o-ibgc>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

JUNIOR, W. M. *Práticas de governança corporativa e geração de valor aos acionistas*. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2003. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/biblioteca/466/Praticas-de-governanca-corporativa-e-geracao-de-valor-aos-acionistas>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

LA PORTA, R. A.; SILANE, F. L.; SHLEIFER, A. *Corporate ownership around the world*. Cambridge, MA: Working Papers; National Bureau of Economic Research, 1998. (Tradução). Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.nber.org/papers/w6625&prev=search>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMEIRA, V. J. *Governança corporativa*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2001.

LANZANA, A. P. *Relação entre Disclosure e Governança Corporativa das Empresas Brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/pt-br.php>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

LODI, J. B. *Governança corporativa: o governo da empresa e o conselho de administração*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

- MARSAL, E. A. R. Comunicação Integrada e Governança Corporativa. *Revista RI*, Rio de Janeiro, novembro de 2009, n. 93, p. 38-39.
- MARTINS, E.; LOPES, A. B. *Contabilidade de custos*. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, J; R. B. A Lei Sarbanes Oxley e os Reflexos no Brasil. *Revista Gazeta Mercantil/Legal & Jurisprudência*. 2004.
- MCKINSEY COMPANY; K. *Panorama de Governança Corporativa no Brasil*. São Paulo. 2001. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/biblioteca/213/Panorama-de-governanca-corporativa-no-Brasil>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- MORAES, E. A. *Sistema de governança corporativa nas empresas que operam no mercado aberto brasileiro: uma abordagem teórica sobre seus benefícios*, UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, 2008.
- NETO, A. A. *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas, 2003.
- NETO, H. C. *Aberturas de capital de empresas no Brasil: um enfoque prático*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, D P R. *Governança corporativa na prática*. São. Paulo: Atlas, 2006.
- PEIXE, F. C. D. *Novo mercado: obstáculos e atrativos para as empresas do nível 1 de governança corporativa*. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13122003-151755/pt-br.php>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SERRÃO, C. F. B; BORGES, L. F. X. Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, 2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Governanca_Corporativa/200512_8.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- SILVA, A. L. C. Governança corporativa: valor, alavancagem e política de dividendo das empresas brasileiras. *Revista de Administração*, v. 39, n. 4, p. 348-361, 2004. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/16821/governanca-corporativa--valor--alavancagem-e-politica-de-dividendos-das-empresas-brasileiras>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
- SILVA, E. C. *Governança corporativa nas empresas*. São Paulo, Atlas, 2006.
- SILVA, L. M.; NASCIMENTO, A. M. *A influência da lei Sarbanes-Oxley e do código civil brasileiro nos controles internos de empresas localizadas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 155 p. 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/influencia%20SOX%20e%20codigo%20civil.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- SILVEIRA, A. M. *A qualidade da governança corporativa no Brasil e os fatores que a detemrinam*. XXVIII ENANPAD. Curitiba: Enanpad, 2004.

_____. *Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática*. Curitiba: Enanpad, 2010.

_____. *Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil*. São Paulo: FCAC, 2002.

STEINBERG, H. *A dimensão humana da governança corporativa*. 2. ed. São Paulo: Gente, 2003.

TAVARES FILHO, F. *Rentabilidade e valor das companhias no Brasil: uma análise comparativa das empresas que aderiram aos níveis de governança da Bovespa*. 2006. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012007-115112/pt-br.php>>. Acesso em: 11 out. 2016.

VIDIGAL, A. C. *Governança corporativa*. O Globo, Rio de Janeiro, dez. 2000. Primeiro Caderno, pág. 7.